



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO SOCIAL BRASILEIRO: NO BOJO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL

Denise de Jesus Albuquerque¹

Lya Raquel Gomes Oliveira²

Welline da Costa Silva Vaz³

Resumo: A pesquisa busca contextualizar a construção do Projeto Ético-Político, discutir o avanço das políticas neoliberais no Brasil e identificar as limitações e possibilidades da materialização do PEP na conjuntura atual, pois se apresenta um ambiente hostil para o exercício do Serviço Social.

Palavras-chave: Projeto Ético-Político. Neoliberalismo. Serviço Social.

Abstract: The research seeks to contextualize the construction of the Ethical-Political Project, to discuss the advance of neoliberal policies in Brazil and to identify the limitations and possibilities of the materialization of the PEP in the current conjuncture. For there is a hostile environment for the exercise of Social Work.

Keywords: Ethical-Political Project. Neoliberalism. Social Service.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Ético-Político (PEP) hegemônico do Serviço Social é a expressão concreta de um processo de ruptura da profissão com o conservadorismo, processo este iniciado na década de 1960, influenciado pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, que teve seu ápice no bojo da ditadura militar. O Serviço Social se define por um conjunto complexo de determinações conjunturais dos processos históricos e, a partir dessa percepção, o estudo irá periodizar a história desde o final da década de 1980 até a atualidade, refletindo sobre o Serviço Social como profissão no movimento real da totalidade brasileira.

O quadro de transformações operadas com o processo de reestruturação do capital e implementação do projeto neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990, com a perspectiva de que o Estado deve ser mínimo nas relações de mercado e máximo para o capital, acabou incidindo sobre o Serviço Social e se constituindo como entrave à materialização do Projeto Ético-Político. Nesse viés, atacam-se de forma devastadora as políticas sociais conquistadas na Constituição de 1988, incentiva-se a privatização e

¹ Professor com formação em Serviço Social, Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: lyagomes@outlook.com.

² Estudante de Graduação, Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: lyagomes@outlook.com.

³ Estudante de Graduação, Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: lyagomes@outlook.com.

desenvolvem-se políticas focalizadas, agindo pontualmente sobre uma determinada população.

O exercício profissional sofre influência da imposição do regime econômico em que vivemos, o capitalista, que vem sendo controlado pelo neoliberalismo, caracterizado pela redução, restrição do gasto público social (mercadorização das políticas sociais) e desregulamentação do trabalho. Devido a isso, a atuação dos assistentes sociais torna-se limitada, uma vez que há a precarização dos serviços públicos, além de a sua autonomia se configurar como relativa, pois o seu trabalho é condicionado pelo regime capitalista, o que desenvolve uma tensão entre os valores estabelecidos defendidos pela categoria e o Projeto Ético-Político da profissão.

2. O PROCESSO DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.

Para analisar o Serviço Social e o seu projeto ético-político atualmente, faz-se necessário relembrar a trajetória da profissão no Brasil. Uma vez que as intervenções da categoria estão vinculadas aos interesses opostos das relações sociais vigentes em diferentes contextos históricos, pois se assumiram posições majoritárias ora conservadoras, ora sob novas direções que buscavam romper com o conservadorismo.

Ressalta-se nesse processo um dos maiores marcos do percurso do Serviço Social brasileiro, a inserção no Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano na década de 1960, no qual o movimento de renovação da profissão veio para questionar os seus referenciais, expressando-se através de insatisfações com os princípios conservadores, sendo eles caracterizados pela moralização e culpabilização dos indivíduos na conjuntura da referida década.

Desse modo, ele possui o comprometimento da profissão em prosseguir aprofundando-se na análise de novos fundamentos colocados pela questão social, além do engajamento da vinculação do Serviço Social em atender aos interesses das classes exploradas e subalternas. Empenhando-se na busca de emancipação dessas classes, expõe-se uma maturação teórica baseada na criticidade da realidade social.

Apesar de este não ter sido um processo rápido, houve a produção de debates e reflexões para a mudança da direção política e teórica da profissão, que transcorreu de forma gradual e significativa através da resistência mantida pela categoria em suas várias instâncias. Constata-se que na última fase do Movimento de Reconceituação, a nomeada intenção de ruptura, houve a primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista por meio da elaboração do “Método BH”. Este é resultante de experiências e

formulações efetivadas entre 1972 e 1975 por um núcleo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (NETTO, 2011).

Desse modo, de acordo com Abramides (2016, p. 460), o método ajudou no processo de “compreensão do significado social da profissão, das contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, na direção de uma nova sociabilidade humana”, utilizando a teoria social de Marx com base no materialismo histórico dialético.

Em 1970, o cenário político e social se configura abundantemente em experiências de organização e luta sindical no país contra a autocracia burguesa. Com o ápice da efervescência sindical do trabalho operário, tal fato acabou se alastrando para outras categorias. Entre elas estava a de assistentes sociais, que iniciou o processo de reativação das suas entidades sindicais.

No final da década de 1970, os assistentes sociais, influenciados pelo movimento de revitalização do sindicalismo brasileiro, iniciaram um processo de reorganização e/ou reativação de suas entidades sindicais e pré-sindicais. Nesse cenário, foi criada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), com o objetivo de inserir a profissão no movimento sindical mais geral e suas lutas, como a questão salarial, condições de trabalho e emprego; e o encaminhamento de lutas específicas, com destaque para o salário mínimo profissional. (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 102).

Em conformidade com Abramides (2016, p. 463), em 1978 a categoria profissional dos assistentes sociais “realizou seu primeiro encontro com a presença de quatro entidades: as Apas (Associação Profissional dos Assistentes Sociais) de São Paulo, Bahia e Goiás e o Sindicato de Minas Gerais”, onde incentivaram a rearticulação dessas entidades no Brasil. Nesse ínterim, filiaram-se à Anampos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), do núcleo combativo de lutas dos trabalhadores, que fundou a CUT⁴ (Central Única dos Trabalhadores) em 1983 e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) em 1984.

Em meio ao contexto da década de 1970, fora realizado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), organizado pelo conjunto CFAS/CRAS⁵, dos dias 23 a 27 de setembro de 1979, no Centro de Convenções do Anhembi, na cidade de São Paulo. Devido à vinculação da categoria com os movimentos sindicais que tiveram

⁴ [...] A CUT, a mais importante de todas, foi criada em 1983, depois de um longo período de inexistência de centrais sindicais, [...]. Inspirada no sindicalismo emergente desde meados de 1970, herdeira maior e direta das lutas sindicais que renasciam com vitalidade, a CUT foi resultante de um movimento multiforme que aglutinou o novo sindicalismo, nascido no interior da estrutura sindical daquele período e que tinha no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo o exemplo maior; o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (Momsp), que pautava sua ação predominantemente por fora da estrutura sindical oficial, entre outras tendências, como o sindicalismo de origem rural, que também ampliava seu campo de ação. (ANTUNES, 2018, p. 183)

⁵ CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais; CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais, que em 1993 deram lugar ao conjunto CFESS/CRESS – Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p. 102)

ascensão no final da referida década, viabilizou-se a presença dos dirigentes sindicais no evento nos grupos de trabalho, sob a coordenação da Ceneas, com uma estratégia política.

No entanto, os líderes sindicais que compareceram ao congresso perceberam o descontentamento dos participantes por intermédio da sua estrutura burocrática. Desse modo, foram tomadas medidas a fim de que alterassem a formatação do evento, como descrito por Abramides (2017, p. 185) em sua própria vivência no congresso:

Elaboramos um documento das entidades sindicais a ser divulgado, panfletado e trabalhado com a categoria durante o congresso e cuja nota apresentava os seguintes pontos: repúdio ao convite a representantes da ditadura militar para estar na mesa de abertura do congresso, críticas à limitada participação dos estudantes, ao preço alto das inscrições, à definição de temas e setorização dos debates, à ausência de participação da categoria em todo o processo. As dirigentes sindicais de assistentes sociais estiveram no CBAS, organizaram-se pelas plenárias simultâneas por área de atuação e desde o primeiro momento sentiram a insatisfação dos congressistas.

Diante disso, a categoria fora convocada para uma assembleia conduzida pela CENEAS em parceria com a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social⁶ (ABESS) e os estudantes, a qual acabou tornando-se diária, tendo sido formuladas as críticas sobre a estrutura do evento e composição das mesas. Isso fez com que os dias seguintes ao evento fossem coordenados pelas entidades sindicais da CENEAS, acarretando a destituição da comissão de honra, sendo convidados representantes dos movimentos sociais no encerramento do congresso. Em suma, Abramides (2016, p. 466) destaca:

O III CBAS, **que se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo**, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e aos movimentos sociais, na articulação da Ceneas, sindicatos e Apas com a Abess, que iniciara a construção de um novo currículo sustentado na teoria social de Marx, **na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições, na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão** [...] (Grifos nossos)

O III CBAS ficou conhecido popularmente como o “Congresso da Virada”, por ter sido um marco divisor no Serviço Social, a partir do qual se teve a identificação da profissão com os interesses da classe trabalhadora, momento crucial na ruptura com o conservadorismo. A partir de então, a categoria profissional passa a se reconhecer como parte da classe trabalhadora, uma vez que está inserida na divisão sociotécnica do trabalho, submetida à condição de assalariamento.

2.1. As bases ético-políticas do PEP.

⁶ Atualmente denominada por Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O Projeto Ético-Político (PEP) hegemônico do Serviço Social é a expressão concreta de um processo de ruptura da profissão com o conservadorismo. Nos anos de 1990, constataram-se mudanças ocorridas no interior da profissão que exprimem um movimento dialético. Dessa forma, alguns avanços no que tange às áreas teórico-metodológica e ético-política da profissão são partes de um processo em que algumas perspectivas são rejeitadas e outras, reafirmadas.

Nesse sentido, o projeto hegemônico do Serviço Social é resultado de um desenvolvimento lento e coletivo construído pela categoria profissional. De acordo com lamamoto (2012, p. 224):

A regulamentação legal do projeto de profissão se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662/1993) e na proposta das Diretrizes Curriculares para formação profissional em Serviço Social.

E a partir de então, os profissionais assistentes sociais vêm orientando a atuação profissional da categoria tanto na formação quanto no fazer profissional. Com base na teoria social crítica marxista, Netto (2007, p. 02) destaca que a “sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica – isto é: uma sociedade não tem objetivos nem finalidades; ela apenas dispõe de existência em si, puramente factual”. Entretanto, seguindo a perspectiva da mesma teoria, os integrantes da sociedade possuem a capacidade de planejar, prever e projetar uma finalidade, pois suas ações são orientadas para alcançar um objetivo por meio da capacidade teleológica.

Vale lembrar a importância do projeto coletivo, este denominado como societário, pois vai oferecer os parâmetros para os projetos profissionais. Em relação aos projetos societários, Netto (2007, p. 02) aborda:

Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade.

Na conjuntura da sociedade em que vivemos, ou seja, a capitalista, esses projetos são procedentes da perspectiva de projetos de classe, pois envolvem relações de poder. Entende-se então que a disputa entre os diversos projetos societários é um feito inerente ao capitalismo.

A propósito, os projetos profissionais não possuem o mesmo nível de amplitude dos projetos societários, porém, estes são indissociáveis.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as

bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2007, p. 04)

Do mesmo modo, os projetos profissionais estabelecem um vasto conhecimento teórico, interventivo, que fornece embasamento para o perfil profissional que se espera, pois dará um norte sobre as diretrizes éticas e políticas. As reflexões éticas sobre a profissão são fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social. Dessa forma, não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social está relacionado a um projeto de transformação da sociedade.

Na conjuntura atual, o Serviço Social brasileiro vem moldando a profissão com criticidade, a fim de atender às demandas e exigências dos nossos dias. Como consequência, tem-se o vasto acervo teórico que embasa o fazer profissional, bem como o avanço da pós-graduação nas últimas décadas. Ainda nesse sentido, a categoria coloca em pauta a dimensão ética da profissão. Conforme aponta Iamamoto (2012, p. 225):

Constituiu democraticamente a sua normatização, expressa no Código de Ética de 1993, que dispõe de um caráter de obrigatoriedade ao estabelecer os direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores radicalmente humanistas, na contracorrente do clima cultural prevalecente, que são guias para o exercício cotidiano.

A concretização dos princípios constatados no Código de Ética Profissional nos faz lembrar de que é fruto de grandes embates por garantia de direitos, o que influencia diretamente as condições de luta contra a hegemonia, almejando uma nova ordem societária.

As bases éticas do projeto profissional elencadas no Código de Ética profissional de 1993 apresentam os valores do engajamento da categoria na contemporaneidade, sendo eles: a liberdade, a democracia, a justiça e a igualdade. A sociedade que se almeja é a que os sujeitos sejam livres das amarras do sistema capitalista.

Enfatiza-se aqui a importância do Código de Ética profissional como suporte teórico-prático que dá alicerce à ética dos profissionais assistentes sociais. Este é ainda um elemento que proporciona a materialização dos direitos dos menos favorecidos socialmente. Vale lembrar que, na atualidade, o conservadorismo mostra-se de forma acentuada por razões de classe, gênero, raça, etnia e orientação sexual e também pela supressão de direitos. E é nesse cenário tradicionalista que os assistentes sociais devem defender intransigentemente os direitos humanos, por fortalecer a classe trabalhadora através de seus serviços.

3. O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: limites e desafios ao PEP.

Observar o Estado como suporte na consolidação e propagação do sistema capitalista significa compreender a sua função no crescimento econômico e social. Tais circunstâncias irão modificar-se de acordo com cada conjuntura, pois constantemente se tem a reformulação do mercado que visa à permanência da luta de classes.

Desse modo, o principal objetivo se configura pelo crescimento econômico, em que se necessita de um estado flexível para suprir positivamente as demandas da ordem do capital.

As fases do capitalismo como: o clássico, com a crise de 1929 caracterizada pela Segunda Guerra Mundial e manifestação exacerbada de violência, o que demonstrou para a classe dominante a necessidade de o Estado intervir na economia capitalista; o capitalismo dos “anos dourados”, com Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) nos anos de 1970; e o capitalismo contemporâneo passava por uma crise estrutural, na qual o grande capital promoveu a disseminação de teses profundamente conservadoras em que se designou o neoliberalismo, desde os anos de 1940 essas teses haviam sido defendidas pelo economista austríaco Friedrich August von Hayek (NETTO; BRAZ, 2012).

O que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*) (idem, p. 238, grifos dos autores).

Nota-se o incentivo das desigualdades sociais, pois, na ideologia neoliberal é através das desigualdades que os indivíduos se esforçarão para alcançar uma ascensão e modo de vida satisfatório, visto que o padrão de redistribuição das riquezas sociais causará imobilização e desestimulação nas pessoas para atingirem o seu bem-estar⁷.

Compete ao Estado desenvolver uma atividade voltada para o econômico: permitir o “livre jogo” do mercado concorrencial, e outra atividade que trate do social: serviços para quem não tiver acesso ao mercado. Mas que tipos de serviços e para quem? Claramente não se trata de serviços universais e de sistema “redistributivo” da renda. [...] se, visando à “justiça social”, o Estado intervencionista, e sua política “redistributiva”, tende a abafar as diferenças e para que o indivíduo deveria se esforçar? (MOTAÑO, DURIGUETO, 2011, p.63).

⁷ Desse prisma, **são perfeitamente aceitáveis os bolsões de miséria existentes em muitos países periféricos**, ou mesmo **a convivência num mesmo espaço urbano de áreas tão ricas**, consideradas nobres, e **outras extremamente pobres**, como acontece em muitas cidades brasileiras, por exemplo (ALBUQUERQUE, 2019, p. 55, grifos nosso).

Entretanto, encontra-se um dos pontos centrais na reformulação do regime capitalista, a liberdade de mercado, na qual se empenha em concretizar a eliminação dos obstáculos que dificultam a acumulação do capital.

*Essa ideologia legitima o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s), o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de **contrarreforma(s)**, destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais (NETTO; BRAZ, 2012, p. 239, grifos dos autores).*

Esse quadro de transformações operadas com o processo de reestruturação do capital culminou na implementação do projeto neoliberal no Brasil, que se concretiza a partir da década de 1990⁸ com alterações e perspectivas que não se adequam mais aos preceitos consolidados nos anos de ouro, pois se pautaram na acumulação flexível, em que, com o discurso de diminuição do Estado, acarreta-se redução das funções estatais, principalmente quando se trata dos direitos sociais.

3.1 Limites e possibilidades da prática profissional na contemporaneidade: os desafios à materialização do Projeto Ético-Político Profissional.

Todas as ações profissionais realizadas por assistentes sociais são pautadas no projeto ético-político da categoria em consonância com o Código de Ética e respaldadas pelas atribuições e competências profissionais apresentadas na Lei de Regulamentação Profissional nº 8.662, de 07 de junho de 1993. No entanto, com o cenário atual imposto pelo regime vigente, são colocadas dificuldades significativas para a materialização do PEP.

Os tempos atuais são inusitados ao Serviço Social brasileiro, dadas as muitas contradições que caracterizam as relações sociais estabelecidas nesta sociedade assolada por ditames capitalistas, cujas peculiaridades sustentadas nos ideais neoliberais cada vez mais atingem o exercício profissional dos assistentes sociais e, conseqüentemente, as suas estratégias político-profissionais em defesa das classes trabalhadoras (SILVA, 2012, p.11).

Isso se concretiza devido aos avanços neoliberais estabelecidos através de agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, que determinaram novos padrões para serem implantados no

⁸ No Brasil, a programática neoliberal ganha espaço com a eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989, porém, com os escândalos de corrupção que vieram à tona neste governo e que resultaram no impeachment deste presidente, o país entrará efetivamente no circuito neoliberal na década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso (ALBUQUERQUE, 2019, p. 57).

interior dos países periféricos, os quais acarretaram a supressão de direitos sociais e mercadorização⁹ das políticas públicas, pois, além de serem privatizadas, ainda sofrem o processo de precarização dos serviços públicos e impõem à grande parte da população a busca por serviços sociais no setor privado.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o [...] trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a *privatização, a focalização e a descentralização* (ibidem, p. 156, grifos do autor).

Esses elementos se refletem profundamente na profissão, bem como nas demais profissões em que seus fundamentos levam em consideração teorias explicativas da realidade, pois foram substituídas por procedimentos operativos desconectados dos processos sociais mais abrangentes. Conseqüentemente, impactam o funcionamento das políticas públicas e os profissionais de serviço social que trabalham na mediação desses direitos conquistados arduamente pelas classes subalternas.

Nesse viés, desenvolvem-se políticas focalizadas, que agem pontualmente sobre uma determinada população, a qual não consegue ascender economicamente para que se custeiem as suas necessidades sociais. Ou seja, a possibilidade maior de se ter acesso às políticas acaba sendo através do emprego, e o desemprego estrutural se aprofunda na conjuntura do regime vigente. De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 159), esses fatores resultam em uma “*dualidade discriminatória* entre os que podem e os que não podem pagar pelo serviço”. O acesso cabe aos que comprovadamente são extremamente pobres, situação em que se associa seletividade à focalização.

As políticas sociais encontram-se longe de alcançar a universalidade e diminuir a desigualdade estrutural desencadeada pela concentração de riqueza do regime neoliberal, ainda que esta seja a única forma de as classes subalternas acessarem saúde, educação, previdência e demais serviços públicos.

Nesse âmbito, as transformações ocorridas no mundo do trabalho pela lógica do mercado definem a flexibilização ou desregulamentação das relações trabalhistas, as quais estabelecem a redução ou até mesmo a supressão desses direitos, explorações que já pareciam superadas desde o século XX. Desse modo, por estarem os assistentes sociais

⁹ Já sabemos que a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social foi fortemente tensionada: pelas estratégias de extração de superlucros, em que se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários; pela supercapitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, em que se incluem saúde, educação e previdência; e pelo desprezo burguês para com o pacto social dos anos de crescimento [...]. Tudo isso num contexto em que as forças de resistência se encontram fragmentadas, particularmente o movimento dos trabalhadores, em função do desemprego, da precarização e da flexibilização das relações de trabalho e dos direitos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 155-156).

inseridos na divisão sociotécnica do trabalho e por se reconhecerem como parte dessa classe, a categoria também foi e continua sendo afetada diariamente pela precarização e pela flexibilização do trabalho.

A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçada, entre outras (GUERRA, 2010, p.719).

Essas situações¹⁰ marcam as atividades laborais dos profissionais de serviço social. Mesmo que seja em níveis diferentes, a flexibilização precariza o trabalho como pertencente à classe trabalhadora em condição de assalariamento como profissional que atua na esfera dos direitos, políticas sociais e serviços públicos, sendo necessários os duplos ou triplos contratos de trabalho pela baixa remuneração.

Há a tensão entre o parâmetro de um projeto profissional crítico e emancipador, pautado em valores universalistas, e a situação de trabalhador assalariado à qual se encontram submetidos os assistentes sociais. Ademais, há por parte das instituições e outros profissionais, nos dizeres de Behring e Boschetti (2016, p.135), “o desconhecimento das competências e atribuições dos assistentes sociais, o que acarreta o desenvolvimento de funções que levam à diluição das particularidades e especificidades profissionais”. Dessa forma, a prática profissional se designa como assistencialista e filantrópica, pela ausência de um referencial teórico-metodológico e ético-político, fatores que diferenciam a categoria de intervenções voluntaristas, incentivando a criação de uma falsa imagem da profissão.

Atualmente o Estado é o maior empregador da categoria profissional, o que traz a necessidade de reflexão sobre a sua especificidade para que se alcance um atendimento melhor em relação aos usuários. Uma dessas considerações seria ouvir as necessidades da população usuária, o que, de acordo com Iamamoto (2012, p. 227), “envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles correspondentes) sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação”. A partir daí, levam-se para os espaços institucionais demandas coletivas, e a população é incentivada na luta por direitos.

As verdadeiras transformações societárias só podem ser concretizadas pela classe trabalhadora, o principal ator político. Não cabe aos assistentes sociais a incumbência da condução do processo de transformação social sob a justificativa de a

¹⁰ Enfrenta condições de trabalho insatisfatórias que não atendem ao disposto na Resolução CFESS nº 493/2006, como inexistência de espaço físico para atendimento sigiloso, ausência de equipamentos para guarda de material ou para realização do trabalho, a exemplo de carros para visitas domiciliares, computadores com internet, material específico e especializado (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 134).

essência da profissão prever o rompimento e a superação da sociedade capitalista. Entretanto, o assistente social também é afetado pela dominação capitalista por ser um trabalhador assalariado. Como todos estão submissos ao regime vigente demarcado pela exploração, o assistente social deve fazer parte de ações que enfrentem as opressões do capital. Vale destacar a importância de essas atuações coletivas estarem organizadas politicamente dentro e fora do âmbito profissional.

Compreendemos aqui a organização política da categoria de assistentes sociais como uma das condições históricas primordiais para viabilizar a capacidade de projetar coletivamente caminhos estratégicos para a profissão e para a sociedade, bem como ferramenta que possibilitou a ampliação da politização de diversos segmentos da classe trabalhadora que sentem/convivem com as múltiplas formas de exploração e opressão engendradas nesta sociabilidade (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 218).

Portanto, é preciso não só que os assistentes sociais se envolvam nos espaços políticos da própria categoria profissional, mas também, como trabalhadores, se envolvam em sindicatos, articulem e desenvolvam relações com outros movimentos sociais e partidos políticos que detenham propósitos em comum e lutem pela implementação de uma sociedade emancipada. Essas são maneiras e estratégias que precisam ser concebidas de acordo com os objetivos do Projeto Ético-Político da categoria profissional, o qual se fundamenta numa perspectiva revolucionária e transformadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de ruptura do serviço social com o conservadorismo e a construção do projeto ético-político do serviço social brasileiro a partir de sua trajetória histórica até os dias atuais são alvo de um debate de extrema relevância para o meio acadêmico, assim como para a sociedade, tendo em vista que a perspectiva do sistema capitalista brasileiro é totalmente contrária aos princípios constatados no Código de Ética e no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

Portanto, a intenção era fazer com que fosse compreendido o contexto histórico em que os profissionais estão inseridos e as mudanças advindas do sistema capitalista, em que são colocadas dificuldades significativas para que a materialização do PEP seja efetivada, como é percebido pela supressão de direitos sociais, mercadorização das políticas públicas, ambiente controverso para o fazer profissional, com vistas a mostrar que não se deve acatar o que nos é posto pelo atual sistema, com um discurso fatalista de que nada pode ser feito.

Com a elaboração da pesquisa, buscou-se demonstrar a importância do Código de Ética profissional como suporte teórico-prático que dá alicerce à ética dos profissionais assistentes sociais, em que é um elemento que proporciona a materialização

dos direitos dos menos favorecidos socialmente. Buscou-se ainda compreender os limites e possibilidades da prática profissional na contemporaneidade, apontando os desafios à materialização do Projeto Ético-Político Profissional. Diante disso, é necessário esse debate pautado no marxismo clássico.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo – nº 127, p.456-475, set/dez, 2016.

_____. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo – nº 128, p.181-186, jan/abr, 2017.

ALBUQUERQUE, Denise de Jesus. **ORGANIZAÇÃO E LUTA SINDICAL FACE AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL:** do novo sindicalismo à construção de alternativas à esquerda. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Orgs.). **Serviço Social no Brasil – Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Orgs.). **Serviço Social no Brasil – Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, n. 104, p. 715-736, out/dez. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

MONTAÑO, Carlos Eduardo; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64 – 16ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. 2. ed. São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2007.

RAMOS, Sâmya R.; SANTOS, Silvana M. M. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Orgs.). **Serviço Social no Brasil** – Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo.. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Marcela M. J. **A Materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** 1. ed. Campinas: Papel Social, 2012.